



## PROJETO DE PESQUISA

### 1. Título:

PERMANÊNCIA E EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: fatores interferentes, interfaces com ensino médio público e possibilidades de avanço nas políticas públicas no Mato Grosso

### 2. Área/Linha de Pesquisa

Ciências Humanas » Educação

### 3. Resumo:

O projeto tem como objeto de pesquisa as políticas de educação superior no Brasil, com destaque para a permanência e evasão na Educação superior e sua interface com o ensino médio público como um dos fatores que pode contribuir com a permanência e a evasão na educação superior. Propõe-se compreender quais os fatores estão relacionados ao processo de permanência e de evasão de estudantes da educação superior pública dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Distrito Federal. Utiliza-se de abordagens quantitativas e qualitativas, incluindo, levantamento e análise de fontes documentais e dispositivos legais, dados estatísticos nacionais, regionais e estaduais. Os resultados visam fornecer maior visibilidade sobre a educação superior na região, nos Estados e no Distrito Federal, ampliando a produção de conhecimento na área e subsidiando as escolas de ensino médio com informações e proposições para o desenvolvimento de ações que favoreçam o acesso à educação superior bem como subsidiar as políticas institucionais com vistas ao acolhimento do estudante da escola pública.

### 4. Palavras chave:

Educação Superior, Permanência, Evasão



## 5. Introdução:

As políticas de Educação Superior no Brasil, a partir de 2002, foram pautadas pelo debate da democratização do acesso, evidenciado em documentos como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007), que buscou articular e readequar os diversos programas do governo relacionados à educação no Brasil, com destaque para os programas para as Instituições Públicas de Ensino descritos em seu documento: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Diversos trabalhos de pesquisa e dados do Censo da Educação Superior tem tratado do tema acesso e permanência na Educação Superior.

Outros dados apresentados pelos diversos autores refere-se à transferência de cursos dentro da mesma IES, às taxas de conclusão, REUNI e SiSU, dentre outros assuntos relacionados ao tema.

Estudiosos apontam que entre os fatores que contribuem para a não permanência na educação superior relaciona-se à falta de informações obtidas ainda no ensino médio, que vão desde aqueles que dizem respeito aos cursos, como também as de programas de assistência estudantil e de permanência do estudante após seu ingresso em uma Instituição de Educação Superior.

Assim, cabe às Instituições de Ensino Superior o papel de avaliar esses indicadores para além da análise quantitativa, de cumprimento ou não de metas, direcionando-se para a compreensão de que fatores estão inseridos no comportamento de seus indicadores. E isso não se resume a simples medidas, mas a análises multi e interdisciplinares, inter e intra institucionais, que devem pautar a trajetória de implementação de tais políticas nas Instituições Universitárias, que, por princípio, devem ser democráticas.

Nesse sentido, a proposta desse projeto é compreender como as políticas refletem nos indicadores de permanência e de evasão nas Instituições que integram o projeto e como os estudantes do ensino médio têm conhecimento desses programas. Consideramos que a universidade é uma instituição complexa por natureza e que nem



sempre indicadores de “produtividade” conseguem avaliar o seu papel, que vai além dos números que ela produz. Há o reconhecimento de que os indicadores quantitativos se mostram necessário, pois cada vez mais têm sido referência para avaliação da educação superior pelo MEC, sendo entendidos como a melhor ferramenta na gestão de resultados; no entanto, não são suficientes para explicar questões relacionadas à permanência do estudante.

## 6. Objetivos Gerais:

Compreender os fatores relacionados ao processo de permanência e de evasão de estudantes da educação superior pública dos estados de Mato Grosso, em interface com demandas do ensino médio público, no que se refere aos eixos temáticos da pesquisa.

## 7. Objetivos Específicos:

- Identificar informações para construção de banco de dados do histórico das ocorrências de registro acadêmicos nas IES envolvidas no projeto a partir de 2002;
- Sistematizar e analisar as produções científicas que focalizam as políticas permanência na educação superior, destacando os debates, disputas, controvérsias e pontos polêmicos na abordagem dessa questão;
- Examinar o desenvolvimento dos programas permanência no âmbito das políticas de expansão na educação superior pós-LDB/1996 e sua repercussão nos estados de Mato Grosso;
- Caracterizar como as IES envolvidas no projeto registram os processos de matrícula, de retenção (trancamento, afastamento) e evasão (de cursos, da ies) dos estudantes do curso de graduação presencial; Investigar as características (tipos de curso/área, composição étnico-racial, sexo, idade etc.) dos estudantes matriculados, retidos e evadidos na educação superior nas IES envolvidas no projeto;
- Analisar os fatores relacionados às ocorrências de retenção e evasão nas instituições pesquisadas;



- Estabelecer relações com ensino médio das escolas públicas com vistas a promover esclarecimentos a estudantes, professores e gestores sobre as possibilidades de ingresso e de permanência na educação superior;
- Identificar as perspectivas dos estudantes do terceiro ano do ensino médio de escolas da rede pública de ensino quanto ao acesso à educação superior, bem como o seu perfil sociocultural por meio da aplicação de um questionário por amostragem;

#### 8. Justificativa:

Compreender o processo da permanência em suas manifestações – matrícula, trancamento, retenção e evasão – revela-se uma preocupação das Instituições de Educação Superior, na medida em que tem sido tema dos diversos fóruns que agregam gestores da educação superior.

Considerando que a Universidade é uma instituição complexa por natureza e que nem sempre indicadores de “produtividade” conseguem avaliar o seu papel, que vai além dos números que ela produz. Há o reconhecimento de que os indicadores quantitativos se mostram necessário, pois cada vez mais têm sido referência para avaliação da educação superior pelo MEC, sendo entendidos como a melhor ferramenta na gestão de resultados; no entanto, não são suficientes para explicar questões relacionadas à permanência do estudante. Assim, cabe às Instituições de Ensino Superior o papel de avaliar esses indicadores para além da análise quantitativa, de cumprimento ou não de metas, direcionando-se para a compreensão de que fatores estão inseridos no comportamento de seus indicadores. E isso não se resume a simples medidas, mas a análises multi e interdisciplinares, inter e intra institucionais, que devem pautar a trajetória de implementação de tais políticas nas Instituições Universitárias, que, por princípio, devem ser democráticas.

#### 9. Resultados Esperados:

Propõe-se compreender quais os fatores estão relacionados ao processo de permanência e de evasão de estudantes da educação superior pública dos estados de



Mato Grosso. Os resultados visam fornecer maior visibilidade sobre a educação superior na região e nos Estados, ampliando a produção de conhecimento na área e subsidiando as escolas de ensino médio com informações e proposições para o desenvolvimento de ações que favoreçam o acesso à educação superior bem como subsidiar as políticas institucionais com vistas ao acolhimento do estudante da escola pública.

#### **10. Hipóteses ou Questões Problemas:**

Os fatores relacionados ao processo de permanência e de evasão de estudantes da educação superior pública dos estados de Mato Grosso, estão relacionados com as demandas do ensino médio público.

#### **11. Materiais e Métodos:**

Para a consecução dos objetivos da pesquisa serão utilizadas abordagens quantitativas e qualitativas. A pesquisa de natureza qualitativa permite aos pesquisadores conhecer variáveis não contempladas pelo método quantitativo acerca da decisão do estudante de abandonar a universidade/cursos de graduação e para conhecer mais claramente a percepção do estudante em relação às Instituições de Ensino Superior (IES). As análises estatísticas do Censo da Educação Superior e dos Sistemas Acadêmicos Institucionais serão mais recorrentes na primeira fase da investigação, como se detalhará a seguir.

Da mesma maneira, serão utilizadas pesquisas bibliográficas, análises de documentos e da legislação da educação superior no Brasil e nos estados que se vinculam às instituições pesquisadoras, pesquisa em banco de dados das IES envolvidas, dentre outros procedimentos apropriados ao estudo da temática. Sumariamente, as fases e procedimentos metodológicos previstos para essa investigação são os que se seguem:

1- Revisão da literatura da temática de estudo A análise da produção de determinada área do conhecimento, por meio de bibliografias, de dados agregados e/ou de



documentos são necessárias para se identificar lacunas importantes de pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Esses estudos, guardadas as diferenças, têm por objetivo sistematizar a produção do conhecimento num determinado campo do saber, e possibilitam, em maior ou menor grau, a compreensão dos processos vigentes de produção do conhecimento na área, a identificação das temáticas mais exploradas, bem como a sinalização de temáticas não ou insuficientemente estudadas. Nessa fase, serão feitos os seguintes levantamentos: a) classificação e organização de fontes bibliográficas (livros, periódicos, entre outros) relacionadas mais diretamente à permanência e à evasão na educação superior; b) seleção de categorias de análise com base no estudo desse material e elaboração de pequenos textos contendo estudos preliminares, visando ao alcance dos objetivos da pesquisa

2 - Levantamento e análise de fontes documentais e dispositivos legais O levantamento de fontes documentais consiste também em fase imprescindível para a compreensão dos programas permanência na educação superior, especialmente a partir de 2007, quando os governos passaram a enfatizar a implementação de política de assistência estudantil na educação superior. Nesse aspecto, serão analisados os documentos que propõem tais programas, como REUNI, PNAES, PNAEST, entre outros, bem como a legislação emanada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), em caráter nacional e regional. Inclui-se também a análise das Resoluções internas das IES envolvidas que normatizam os registros dos acadêmicos.

3- Levantamento e análise de dados estatísticos Serão realizados levantamentos de dados estatísticos, sobretudo aqueles relacionados às séries históricas do Censo da Educação Superior e dos Sistemas Acadêmicos das Instituições de Educação Superior. Está prevista a identificação e levantamento de bases de dados de registros e/ou estatísticas disponíveis para obter série histórica de informações sócio-demográficas e de ocorrências de situação do estudante na educação superior pública presencial, com utilização de instrumentos tecnológicos para armazenamento, tratamento e análise de dados. Cálculo de amostra de estudantes a serem pesquisados por meio de questionário eletrônico e da definição das escolas de Ensino Médio que participarão



do estudo.

4- Estudos e análises dos casos específicos das IES parceiras Nessa fase, serão realizados estudos no sentido de se compreender, de modo mais aprofundado, as características do processo de permanência e assistência estudantil nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraíba, privilegiando os processos ocorridos nas Universidades envolvidas na proposta: UFMT, UNEMAT, IFMT, UFGD, UFMS UEMS e UFPB. Dessa forma, poderão ser realizados estudos comparativos, por meio dos dados estatísticos entre as regiões e com o Brasil, indicando as metas que deverão ser atingidas pelas políticas públicas de educação superior nos estados.

De igual forma, estudos qualitativos serão desenvolvidos, evidenciando aspectos subjetivos e não visíveis num primeiro momento da investigação, envolvendo estudantes, professores e gestores, no âmbito da educação superior e da escola pública (ensino médio). Ressalta-se a iniciativa de promover ações conjuntas entre as universidades e escolas da rede pública de ensino, tendo em vista conhecer o perfil e a realidade do estudante que almeja (ou não) acessar a educação superior, da mesma forma que suprir, nesse ambiente, a carência ou ausência de informações afetas à política de ingresso e de permanência vigentes.

## 12. Referencial Teórico:

No período de 2011-2014 a educação superior pública do Brasil pode vivenciar um momento histórico de mudanças nas políticas de ingresso para as IFES. Após anos de discussões, propostas, conferências e reivindicações do movimento negro, buscando igualdade de condições para o ingresso nas universidades públicas, a Lei no 12.711, denominada de Lei de Cotas, foi sancionada em 29 de agosto de 2012 como política pública de ação afirmativa que dispõe sobre o ingresso nas IFES de ensino superior e técnico de nível médio. Posteriormente, foi regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 (BRASIL, 2012; 2012a). Em 2014, constata-se que 56% das 103 Universidades Federais já cumprem a meta de 50% das vagas para contista, prevista para 2016, e uma média de 20% das vagas ofertadas foram destinadas a



pretos, pardos e indígenas. Entre 2013 e 2014, houve um crescimento de 10% no total de vagas, sendo que as vagas destinadas aos cotistas cresceram 38%. Por ser uma política recente, não se pode avaliar a permanência tendo por base a taxa de conclusão, uma vez que não se passaram quatro anos de sua implementação.

Tecendo esses fios de análise, neste projeto, priorizam-se os estudos sobre a permanência do estudante na educação superior, associando os dados que lhe são próprios aos da expansão e aos da forma de ingresso nesse nível de ensino.

Acerca dos estudos sobre a permanência e a expansão na educação superior, Araújo (2012) explica: A ênfase na categoria permanência na educação superior ocorre no Brasil após a expansão significativa de cursos e instituições nos anos 1990 na esfera privada e mediante a instauração de políticas públicas voltadas à expansão da educação superior nas instituições públicas, a partir dos anos 2000. (ARAÚJO, 2012, p. 4).

Araujo (2012) ainda explana que o tratamento conceitual da permanência não é localizado nos documentos oficiais e na literatura consultada; no entanto, percebe que é identificado com a manutenção do estudante ao longo do curso, até integralizá-lo. Destaca que a permanência pode ser traduzida por situações concretas diversas, a saber: a) não necessariamente no curso de ingresso, e sim do ensino superior; b) no ensino superior, mas em outra IES; c) no curso superior, além do período previsto de integralização, seja como reflexo de reprovações ou da flexibilização de currículos.

Néres et al. (2010, p. 124), por sua vez, pesquisando a permanência do estudante em uma Universidade Federal, entendem que os fatores que contribuem para o abandono dos de origem popular ligam-se às condições econômicas e às dificuldades para acompanhar os conteúdos de ensino, em razão de deficiências na formação escolar antecedente.

Veloso (2000) avalia que o processo educacional envolve aspectos interligados e complementares: de um lado, mudanças que ocorrem gradualmente na personalidade do educando, enriquecendo-o de conhecimentos, de valores que irão organizar e colorir suas atitudes; de outro lado, os procedimentos pelos quais a





instituição educacional procura corresponder às tarefas e responsabilidades de que a sociedade a encarrega.

É de se reconhecer que no intervalo entre o início do processo, com a entrada do educando na Instituição (no caso dessa pesquisa, a educação superior), e o momento de sua saída, traduzida em sua formatura, uma série de fatos ocorrem; muitos sucessos recompensam esforços desenvolvidos, muitos obstáculos surgem, dificultando em grau variável a trajetória do aluno e podem impactar na sua permanência.

Algumas vezes esses insucessos e dificuldades são de tal dimensão que acabam interferindo na continuidade do processo, ocasionando o desligamento da instituição ou do curso - a evasão do aluno do processo educacional.

Em relação ao entendimento de permanência, estudos mostram que o ingresso na educação superior limita as perspectivas de conclusão dos estudos, sem que haja, institucionalmente, acompanhamento, conhecimento e atendimento ao estudante (PRIMÃO; SILVA, 2015). Trata-se de uma variável fundamental, porque indica a necessidade de relativização dos dados quantitativos e a necessidade de aprofundá-los, conforme proposto nesta pesquisa, na construção de banco de dados e de pesquisas diretamente envolvendo os estudantes, na perspectiva de compreender os fatores relacionados à permanência a partir da concepção tanto do estudante quanto do sistema de registro acadêmico das IES envolvidas. Há, portanto, um elevado grau de complexidade, como atestado por pesquisas relacionadas ao tema. Por exemplo, estudos mostram que o SiSU, considerando o seu mecanismo de seleção, “pode contribuir para uma escolha de curso que, em certos casos, não expresse o desejo de realiza-lo.” (FLORES; SILVA, 2014, p. 88). Assim sendo, haveria uma “tendência predominante de que o candidato leve em conta as reais possibilidades de ser aprovado em face da pontuação que obteve” (ibid). Isso pode repercutir na desistência do curso, vindo a impactar nos índices da permanência. Exemplo disso é a pesquisa realizada por Maestá (2015), que evidencia as dificuldades encontradas pelos acadêmicos para sua permanência no ensino superior. Para a autora, as Políticas de



Ação Afirmativa, com destaque para as cotas, facilitaram o ingresso, mas não foram suficientes para prover sua permanência e, conseqüentemente, a conclusão no ensino superior.

Nunes (2015), ao estudar a permanência dos estudantes que ingressam por ação afirmativa, indica que, “a facilitação do ingresso não elimina as condições sociais do estudante e a desigualdade tende a se reproduzir no interior da universidade se esta não definir políticas que favoreçam a permanência do estudante.” (p.60). Para a autora, a implementação da Lei de Cotas nas IFES favoreceu o ingresso de um maior número de estudantes com o perfil de vulnerabilidade socioeconômica, o que exige maiores investimentos na qualidade no ensino e políticas de apoio à permanência.

A assistência estudantil é uma condição necessária para as garantias do êxito escolar até a conclusão do curso. Nas análises dos recursos destinados ao PNAES da UFMT, percebe-se certa estagnação a partir de 2012. Mas é exatamente a partir desse ano que ingressam maior número de estudantes que precisam de políticas de apoio à sua permanência. Incentivar o ingresso sem garantias de recursos e apoio necessários para a continuidade do estudante no curso é um fracasso anunciado da permanência.

Castelo Branco, Jezine e Nakamura (2015, p. 755-756), ao realizar críticas sobre compromisso não assumido pelo Estado em relação ao ingresso na educação superior, assim ponderam: Intuitivamente, sabemos que a mão (do sistema educacional) que, aparentemente, acolhe, é a mesma que expulsa o aluno dos seus bancos escolares, não lhe dando as mínimas condições de permanência, de formação e de acolhimento, sobretudo àqueles cujo perfil socioeconômico não lhe favorece.

No entendimento de Veloso e Silva (2015), os indicadores de matrícula e de conclusão podem ser utilizados para avaliação da condição da permanência na educação superior. A matrícula é o ato que legitima o estudante na instituição. Nesse ato, ambos celebram um vínculo, na condição de estudante regular, associado a um determinado curso de graduação, integrando o quadro de discente, ocupando uma vaga.

O INEP/MEC, a partir de 2009, apresenta no Censo da Educação Superior dados



sobe o total de estudantes matriculados, trancados e desvinculados do curso. A matrícula trancada, por sua vez, é um instituto jurídico, normatizado pelas IES, que representa suspensão temporária, embora o estudante continue vinculado à IES. O abandono de curso é representado como matrícula desvinculada de curso e transferência para outro curso, sendo que no primeiro o estudante perde o vínculo com a IES, o que não ocorre no segundo caso.

Para fins de avaliar a permanência, Veloso e Silva (2014), com base nos dados do Censo da Educação Superior, no período de 2009 a 2013, destacam os percentuais de trancamento e de matrícula desvinculada de curso, na medida em que o estudante indica com esse ato que necessita interromper seus estudos, temporariamente ou definitivamente, por fatores ainda pouco conhecidos nas IES, mas que afetam a sua permanência e seu tempo de conclusão do curso. De acordo com as autoras, em 2009, esses dados eram de 5,22% e 10,98%; em 2013, eram de 6,03% e 12,93%, respectivamente. Outro dado apresentado pelas citadas autoras refere-se à transferência de cursos dentro da mesma IES, que pode ser reflexo do modelo de sistema de seleção, no qual o estudante escolhe seu curso, muitas vezes induzido pela sua pontuação e pela possibilidade de classificação em cursos de graduação que não necessariamente seria de sua primeira opção.

Em 2009, era de 1,14%, e, em 2013, era 0,99%. Em relação às taxas de conclusão, as autoras indicam que ela vem diminuindo a partir de 2006, quando nas Universidades Federais era 73,84% e em 2013 representou 44,72%. Indicam que o REUNI e o SiSU promovem a expansão das possibilidades de acessar as Universidades Federais; no entanto, não repercutem na permanência do estudante nem na conclusão no tempo adequado.

Diante disso, os dados apresentados precisam ser agregadas pesquisas qualitativas para melhor entender tais fenômenos. Desta forma, na medida em que nos propomos a estudar a permanência dos estudantes na educação superior iremos nos deparar com aqueles que abandonaram definitivamente a IES, entendendo tais ocorrências como evasão. Esse abandono pode ser do curso, da IES, mas não



necessariamente do sistema de educação superior. Assim, cabe avaliar que fatores estão associados a essa conduta.

Ao que tudo indica, a evasão nas IES brasileiras ultrapassa o índice de 20%. Em 2009, por exemplo, a evasão foi de 20,9%, segundo o Censo do MEC. Apenas 47,2% dos estudantes se titularam após quatro anos de curso. As perdas financeiras com a evasão no ensino superior, em 2009, chegaram a cerca de R\$ 9 bilhões (SILVA FILHO et al, 2007).



#### 14. Referências Bibliográficas:

AGOSTINHO, Kamilla Maestá. O estudante beneficiado por programas de ação afirmativa do curso de enfermagem da Universidade Federal Do Mato Grosso Campus Universitário de Sinop: Quem sou eu? Quem é ele? 130f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, 2014.

ARAUJO, Carla B. Zandavalli M. A permanência de estudantes nos cursos de graduação no Brasil: uma categoria em construção. In: XX SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR 2012: expansão, acesso e igualdade social, 2012, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2012.

BITTAR, Mariluce. Processo de Expansão e Interiorização da Educação Superior na Região Centro-Oeste – as marcas da mercantilização do ensino. Projeto Integrado e Interinstitucional de Pesquisa. Campo Grande: UCDB; FUNDECT, 2003.

\_\_\_\_\_, SILVA, Maria das Graças M. da. Produção do conhecimento em políticas de educação superior: o significado histórico-acadêmico da Rede Universitas/Br no Brasil e na Região Centro Oeste. In: Ver. Educação Pública.v.22,n.50 Cuiabá, set/dez 2013. p.727-744.

BRASIL. Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas, Brasília, DF, 2007. Disponível em: . Acesso em: 10 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Diretrizes gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF, 2007a.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2012. Disponível em: Acesso em: 19 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: Pdf>. Acesso em: 5 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria Normativa MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2007b. Disponível



em: . Acesso em: 10 mar. 2015.

CASTELO Veloso Castelo Branco; JEZINE, Edineide; NAKAMURA, Paulo Hideo. Alguns indicadores de permanência/abandono na educação superior: elementos para o debate. In: XXIII SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/BR, 20-23, mai. 2015, Belém: Anais eletrônicos. UFPA, p. 754-772.

FILHO, Roberto Leal Lobo e Silva; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. Caderno de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

FLORES, César Augusto; SILVA, Maria das Graças M. A escolha do curso superior no SiSU- o caso do curso de Enfermagem da UFMT- campus Sinop. In: SILVA, Maria das Graças M.;

RIBEIRO, Mara Regina Rosa (Orgs.). Educação e saúde em pesquisas: possibilidades na diversidade. Cuiabá: Ed.UFMT, 2014.

PRIMÃO, Juliana C. M.; SILVA, Maria das Graças M. Política de permanência na UFMT: da assistência ao estudante às ações de qualificação do ensino em geral. In: CASTRO, Alda Maria D. de Araújo; BARBALHO, Maria Goretti. Políticas de expansão da educação superior: dimensões, cenários e perspectivas. Natal: Ed. UFRN, 2015, p. 257-280.

Projeto [http://sigfap.fapemat.mt.gov.br/projetos/imprimir.php?projeto\\_id=36714...](http://sigfap.fapemat.mt.gov.br/projetos/imprimir.php?projeto_id=36714...) 3 of 13 19/05/2020 12:13

MANCEBO, Deise; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINI, Marília (Coord.). Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil pós-LDB/1996. Rio de Janeiro: Rede Universitas/Br; GT Política de Educação Superior; ANPEd, 2009.

NASCIMENTO, Clara Martins do. A assistência estudantil consentida: na contrarreforma universitária dos anos 2000. Revista Universidade e Sociedade, Brasília, ano 23, n. 53, p. 88-103, fev. 2014.

NÉRES, Alexandre Aparecido da Silva et al. Condições de permanência na Universidade Federal de Rondônia. In: BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUSA, Ana Inês (Orgs.). Condições de permanência de estudantes de origem popular no espaço acadêmico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 121-130



NUNES, Roseli Souza dos Reis. A permanência dos estudantes que ingressaram por ação afirmativa: a assistência estudantil em foco. 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de PósGraduação em Educação, Cuiabá, 2016.

REDE UNIVERSITAS/Br. Análise do Censo da Educação Superior no Brasil: 1991-2004. Projeto Integrado de Pesquisa. Brasília, DF: GT Política de Educação Superior; ANPEd. Brasília, DF: INEP, 2006. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECITECI Agenda Estratégica de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso. - Cuiabá, MT: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2015.

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECITECI Cadernos de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso: Eixo IV: Educação Superior: Graduação e Pós-graduação. - Cuiabá, MT: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2015

SILVA, Ivone Maria Ferreira da et al. Os desafios da permanência qualificada na universidade. In: BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUSA, Ana Inês (Orgs.). Condições de permanência de estudantes de origem popular no espaço acadêmico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 131-138.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. Revista Avaliação, Campinas, Sorocaba, 2013

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. A evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2: um processo de exclusão. 2000. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Políticas de Educação Superior no Brasil Pós-LDB/1996: impactos na região Centro-Oeste com enfoque no ingresso e na permanência. Cuiabá: UFMT; FAPEMAT, 2012

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; NOGUEIRA, Patrícia Simone; LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. Políticas públicas de acesso na educação superior: uma



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



análise a partir dos indicadores da realidade. In: SOUZA, Andréia da Silva Quintanilha;  
CAMARGO, Arlete Maria Monte de (Org.). Interfaces da educação superior no Brasil.  
Curitiba: CRV, 2014. p. 121-136.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESQUISA

Av. Tancredo Neves, nº 1095, Cavahada – CEP: 78.200-000 – Cáceres – MT

Tel: (65) 3221-0040 / 0041 / 0042

Internet: [www.unemat.br](http://www.unemat.br) – Email: [prppg.saap@unemat.br](mailto:prppg.saap@unemat.br)

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso